

ILÍDIO TRINDADE

O NAUFRÁGIO DOS VIVOS

- romance -



Ficha técnica:

Título: *O Naufrágio dos Vivos*

Autor: Ilídio Trindade

www.ilidiotrindade.pt

Design e paginação: Editora Alma Letra

1.^a edição, Viseu, agosto 2026

Editora Alma Letra

www.almaletra.pt

ISBN: 978-989-9140-42-4

Depósito legal:

Índice



<i>Prefácio</i>	11
<i>Aviso ao leitor</i>	15
<i>Preâmbulo</i>	17
<i>Capítulo 1</i>	19
<i>Capítulo 2</i>	29
<i>Capítulo 3</i>	41
<i>Capítulo 4</i>	51
<i>Capítulo 5</i>	63
<i>Capítulo 6</i>	69
<i>Capítulo 7</i>	79
<i>Capítulo 8</i>	91
<i>Capítulo 9</i>	103
<i>Capítulo 10</i>	117
<i>Capítulo 11</i>	127
<i>Capítulo 12</i>	135
<i>Capítulo 13</i>	145

Capítulo 14.....	153
Capítulo 15.....	167
Capítulo 16.....	181
Capítulo 17.....	193
Capítulo 18.....	203
Capítulo 19.....	219
Capítulo 20	231
Capítulo 21.....	241
Capítulo 22.....	259
Capítulo 23.....	273
Capítulo 24	287
Capítulo 25.....	291
Capítulo 26	301
Capítulo 27.....	309
Capítulo 28	331
Capítulo 29	339
Capítulo 30	351
Capítulo 31.....	361
Capítulo 32.....	371
Capítulo 33.....	383
Capítulo 34	393

*Para todos os portugueses imprescindíveis
que continuam a acreditar.*

«[...] the growing good of the world is partly dependent on unhistoric acts; and that things are not so ill with you and me as they might have been, is half owing to the number who lived faithfully a hidden life, and rest in unvisited tombs.»

(«[...] o bem que cresce no mundo depende em parte de atos sem história; e, se as coisas não estão tão mal para ti e para mim como poderiam estar, metade disso deve-se aos muitos que viveram fielmente uma vida oculta e repousam em sepulturas que ninguém visita.»)

George Eliot¹

¹ Tradução do autor

PREFÁCIO

Escrevo este prefácio em julho de 2026. A convite do autor, saiba-se lá porquê, aceitei o desafio quando ainda não tivera acesso ao conteúdo da obra.

Tinha lido dele as duas obras anteriores, publicadas nos últimos anos, que logo me fizeram lembrar Torga e Aquilino, e ainda mal acabara de saborear os seus enredos.

Amigo de longa data, habituado a ver nele, antes de mais, as qualidades de uma amizade genuína, surpreendeu-me, como tantas vezes, com a escrita e como o fizera já com outras artes performativas que ele aqui nunca me deixaria, por modéstia, contar; delas se indicia apenas o facto de ser professor de Português numa escola oficial deste país tão resiliente quanto estranho.

Pedi-lhe que esperasse um pouco, pois estava de rumo para as *Ilhas de Bruma*, no meio do azul do mar oceano, de onde tantos emigraram em ciclos trágicos da vida. Contava, talvez com ingenuidade, poder olhar de lá mais para dentro de cá; parecia-me, pois, que poderia então respirar melhor o risco desta odisseia honrosa perante uma obra que, já o antevia, era de calibre e profundidade.

Disse-me que tinha Camões e Pessoa como personagens principais, num improvável encontro de ambos em Lisboa, no ano de 2030/31, e que era um romance, uma ficção, acrescentou, com alguma modéstia. Não lhe dei fôlego para me contar muito mais, apesar do entusiasmo: não queria amaciar o *suspense*, nem ser uma espécie de heterónimo vulgar de um prefácio qualquer sem antes ler a obra. Em boa verdade, só os nomes exigiam grande vénia, e a firula de um texto apressado que os antevisse na história da obra seria prosa que nem eu teceria por princípio e amizade, nem a monumentalidade que nela encontrei mereceria tal desaforo displicente.

O autor, brindando o leitor com mestria lexical eclética, rara nos tempos de hoje, nunca perde na obra a claridade daquelas manhãs de Lisboa que nos enchem de luz, levando-nos a olhar com minúcia para dentro da cidade: um sentir cheio de odores e sempre belo, feito tanto de interrogações como de autenticidade e mentira.

Partindo de um enredo cujo fim nos deixa intencionalmente em aberto, o autor contrapõe os dois poetas em diálogos carregados de significado, de esperança, ainda que nem sempre de acordo quanto ao sentido e à natureza da identidade de Portugal. Convida-nos a segui-los através de ruelas e monumentos, alguns dedicados a eles próprios, descrevendo Lisboa tanto com a precisão cirúrgica da sociologia das várias caras que a constroem e habitam como com a elevação poética das águas de um rio que a banha em silêncio, a despeito das cicatrizes do tempo. Evocam-se, em espelho, as memórias de um império perdido, num processo que assume uma espécie de investigação policial esotérica sobre um crime sem arguidos, já cometido ou talvez ainda não, nos meses que se seguirão ao encontro daqueles heróis da literatura deste país.

É o terceiro livro de Ilídio Trindade, depois de *Era para Ser Só uma Festa de Natal* e de *Onde a Terra Guarda o Tempo*. Neles se percebe a mesma discreta pergunta: o que, afinal, permanece quando o ruído passa? No primeiro, era a família à volta de uma mesa que já não sabia festejar; no segundo, a aldeia que guardava nomes na terra como quem guarda sementes.

Desta feita, o autor soergue-se da casa e da aldeia e, com impressionante coragem, fala-nos da Nação e da Língua como de um organismo já exausto, talvez irremediavelmente perdido de si mesmo, convertido em arquivo possível, mas ainda a respirar.

Não nos apresenta Camões nem Pessoa de forma banal, nem sequer os coloca diante de um tempo totalmente novo apenas para pedirem explicações sobre a evolução tecnológica ocorrida entre as mortes de ambos, separadas por centenas de anos. Nem um declama: questiona. Nem o outro invoca a Pitonisa ou os astros: hesita.

São ambas presenças transfiguradas, como o próprio aviso ao leitor adverte.

É aí que, apesar da ficção, se encontra a sua essência mais sólida. A reconstituição histórica não foi o caminho escolhido. O autor não foi por aí. Seria banal e demasiado previsível.

O que se propõe, ao longo do encontro desses dois vultos da história do país — guardados como sombras em estátuas e livrarias, e que muitos conhecem apenas por títulos ou fotografias rápidas —, fazendo jus a um plano de investigação errático pela Lisboa de outubro de 2030 a março de 2031, que se anuncia conspirativo, é tecer um permanente interrogatório moral da nação, num assombro de desasossego.

A obra não evita a indelicadeza do mal-estar gerado pelas dúvidas sobre a existência de uma real identidade de um povo que teima, parece, em desistir por decreto; mas é esse mesmo povo que consegue, apesar de um estranho e incompreensível sortilégio vindo de nenhures, ou talvez do centro europeu, tirar um elevador centenário cheio de turistas de um encalhe de duas horas, a meia altura, com uma simples chave inglesa e alguns toques na estrutura metálica. É o famoso desenrasca português que, não dando glória, nos faz acreditar que nos livra quase sempre de maiores aflições.

Há o povo do fado para turistas, dos pastéis de nata, do bacalhau, das naus que singraram além-mar, das janelas de Alfama, dos que não leem Camões nem Pessoa mas deles se valem para se sentirem heróis no mundo em que já se perderam. E há os outros, poucos, mas resistentes. Todos são envolvidos, a pincel, coloridos ou a preto e branco, na trama de um mistério que afinal se descobre poder ser uma certidão de óbito governamental ou, mais provavelmente, uma desistência envergonhada escondida da Nação.

A obra ficaria incompleta, porém, se a mensagem fosse só essa: o percurso de uma investigação feita por aqueles que procuram culpados para o nosso destino.

A meu ver, o segredo esconde-se, com brilho e com o tempero de algum humor necessário, desde que o pano do romance sobe pelas mãos do autor, em cada esquina de cada capítulo, até desaguar na leitura ávida que nos proporciona.

Só depois de acabar é que percebi, como por vezes, ou quase sempre, procuramos o essencial onde ele não está, quando afinal esteve logo ali, ao virar de cada página.

Daí se conclui, talvez, que a fragmentação da nossa identidade como povo, se é que alguma vez ela existiu e perdura, só verdadeiramente entristece quem, embora nadando em sufoco contra a corrente, ainda se recusa a apagar-se ou a desistir. Na iminência de um naufrágio, quer de mortos na alma, quer de vivos sem heróis, que já não falam a língua que os devia salvar e unir, o autor faz da obra o caminho e talvez a solução.

Precisamos de heróis, ainda assim, que nos julguem, mesmo que ressuscitados da tumba que os guarda em templos já quase só abertos para o consolo de turistas que nunca os entenderam.

A leitura ávida será o passo seguinte. Parece-me inevitável.

Agostinho Torres

Lisboa, julho de 2026

AVISO AO LEITOR

O Naufrágio dos Vivos pertence ao território da ficção.

As figuras que aqui atravessam as páginas, os episódios que as movem, as conversas que mantêm e os lugares onde se perdem ou se encontram nascem dentro do romance, mesmo quando parecem tocar a memória, a homenagem ou alguma sombra reconhecível da História.

Luís de Camões e Fernando Pessoa surgem nesta obra como presenças transfiguradas. Não são retratos, reconstituições, tentativas de restituição biográfica. O que dizem, pensam, fazem ou calam pertence apenas a este livro e ao mundo que ele inventa.

As restantes personagens, instituições, jornais, partidos, organismos, acordos, documentos e acontecimentos são matéria literária. Qualquer semelhança com pessoas, entidades ou factos reais deverá ser lida nesse único espaço possível: o da ficção. Também o chamado *Acordo-Quadro Portugal – União Europeia 2031*, bem como as suas cláusulas, consequências e leituras políticas, é inteiramente imaginário.

O Autor

PREÂMBULO

Portugal não acabou de repente. Foi-se.

Não houve um dia exato, uma hora solene, uma proclamação ao microfone, uma bandeira arriada à vista de todos. Primeiro foi uma tabuleta trocada. Depois um formulário em duas línguas. Depois uma escola onde a professora explicou Camões a partir de uma tradução inglesa. Quando alguém se queixou, já não sabia bem de que se queixava. Foi como a nódoa na parede da cozinha: primeiro um halo, depois o reboco a inchar, depois a água escura a descer sem barulho.

A ruína não entrou a cavalo. Entrou por fusíveis. Um a um. Pequenos apagões. Pequenas cedências. Pequenas vergonhas aceites por gente que já nem se espantava. Primeiro os avisos passaram para o rodapé dos telejornais. Depois para as páginas interiores. Depois deixaram de aparecer. Quando a ruína se sentou à mesa, pensámos que era visita.

Foi nesse outono de 2030 que dois homens acordaram em Lisboa. Vinham de longe, mas de nenhum lugar que coubesse num mapa. Traziam no corpo o cheiro húmido da terra onde tinham jazido longamente. O rosto guardava as marcas de uma fadiga secular, incapaz de se espantar com o que quer que fosse. Mesmo assim, olhavam. Um deles deteve-se numa beata esmagada junto ao passeio mais tempo do que uma beata merecia. Olhar era o único ofício que lhes restava.

Lisboa continuava de pé, com o mesmo ruído. As ruas conservavam o desenho dos séculos, as esquinas mantinham a paciência das pedras, as fachadas fingiam recordar o que tinham visto. Faltava-lhes parte da voz dos homens que as haviam erguido, calcetado, atravessado, defendido e amado. A cidade aguentava-se. Numa antiga retrosa-

ria vendiam malas de cabine. A tabuleta ainda prometia botões, linhas e fechos, mas lá dentro havia ímanes de frigorífico e adaptadores de tomada. Camões hesitou à porta, sem entrar.

Havia ainda uns quantos, poucos, que guardavam o que se podia guardar. Não o faziam por heroísmo, que os heróis não sujam as mãos. Guardavam por teimosia.

Uma mulher encafuava agulhas e carrinhos em caixas de papelão. Um velho metia livros dentro de caixas de vinho. Um rapaz copiava gravações para uma *pen* sem saber se ainda haveria aparelho capaz de as ler. Ninguém lhes chamava resistentes. Àquela hora, pareciam só pessoas a arrumar coisas antes que alguém viesse perguntar por elas.

Uma arca podia arder. Um manuscrito podia desaparecer numa mudança. Uma palavra podia deixar de ser dita durante anos antes de alguém dar por falta dela.

Camões compreenderia isso mais tarde, diante de uma sala cheia de gente sentada, ordeira, limpa, pronta a aplaudir aquilo que ainda não tinha percebido.

Na *Mensagem*, Pessoa respondeu um dia com versos que Portugal aprendeu a repetir, sem perceber o preço que cobravam:

Valeu a pena? Tudo vale a pena

Se a alma não é pequena.



Capítulo 1

No outono de 2030, Lisboa cumpria horários e vendia o que tinha para vender, sem convicção. Na Rua Augusta, uma senhora pediu indicações em português e o empregado respondeu-lhe primeiro em inglês. Na televisão, três comentadores falaram ao mesmo tempo. Um ministro prometeu serenidade. No café, o empregado aumentou o volume durante dez segundos e voltou a baixá-lo quando alguém pediu a conta.

Naquela manhã, o sol de outubro mal aquecia. Espalhava sobre as ruas uma luz baça, suficiente para prometer um dia sem chuva, mas incapaz de alegrar fosse o que fosse. Uma brisa rasteira escapava-se pelas dobras da Baixa, levava papéis, beatas, palavras, e trazia consigo o fedor ácido da urina seca nos becos, o fumo oleoso do trânsito, o rumor de vozes estrangeiras falando todas as línguas, exceto aquela que ali devia mandar na rua.

Camões esfregou o olho esquerdo — o único que lhe restava. Esperara encontrar maresia. Ou sal. Ou esse sopro salobro do Tejo que sempre vinha de longe, mesmo quando nascia ao lado. Mas o ar chegou-lhe carregado de gásóleo, morno e sujo, com um travo metálico que lhe amotinou o estômago como uma maré podre. *Lisboa*, murmurou para o sal que já não sentia na língua, *outrota tinhas o cheiro acre da partida e o doce cansaço do regresso. Hoje cheiras a ar parado e a desistência.*

Os passeios brilhavam de tanto uso. As pedras, polidas por gerações de passos, tinham aquela luz escorregadia em que a humidade

hesita antes de apodrecer. No meio da multidão, dois homens caminhavam ao acaso, alheios ao facto de os seus passos convergirem.

Um deles, após subir e descer a Rua da Prata como quem atravessa um cenário mal montado, entrou numa transversal com o corpo ligeiramente curvado. Ora estudava o chão, tentando reconhecer nas pedras uma Lisboa desencontrada das suas lembranças, ora parava diante dos prédios e das pessoas com uma perplexidade suspensa entre reconhecimento e estranheza. O outro descia da Rua do Ouro. Trazia os ombros tombados, o semblante meio escondido sob o chapéu preto, e ia-se assustando, sem o mostrar, com o volume das vozes, dos motores, dos letreiros, das montras e do que crescera sem pedir licença a ninguém.

Diante de uma loja, Camões parou junto de um ecrã brilhante virado para a rua. No vidro, semblantes desconhecidos sorriam com dentes impossíveis, prometiam felicidade, perfume, juventude, identidade pronta a vestir. Uma frase, suspensa em letras luminosas, dizia: «Sê tu mesmo.» Nesse reflexo, a pala cortou-lhe o rosto ao meio, entre a barba grisalha e os vincos fundos que o tempo lhe escavara. Um homem devolvido à rua sem saber se o mundo o aceitava. Já nem ele sabia, com inteira certeza, quem era.

Fernando Pessoa tropeçou numa pedra fora do lugar. Conseguiu equilibrar-se no último momento, ajeitou o chapéu e olhou de lado para confirmar se alguém tinha visto. Soergueu-se. Lisboa não o aguardava. Uma mulher bateu-lhe no ombro ao passar, pediu desculpa sem o ver e continuou a falar ao telemóvel. Lisboa nem precisava dele. Esse pensamento acompanhou-o durante a hora que levou a perceber onde estava. Não localizava uma rua; aceitava uma condenação. Foi então que Pessoa notou, ao longe, uma figura mais alta do que as outras, avançando com um passo forçado e triste. Aqui e ali, reconhecia fragmentos da Lisboa que trazia na memória e, mal os reconhecia, perdia-os de novo.

Na esquina da Rua Augusta com a Rua da Assunção, o meio-dia soou na Sé, mas chegou abafado pelo ruído. A multidão fervilha-

va. Forasteiros com máquinas fotográficas, executivos agarrados ao telemóvel, estudantes de mochila às costas, reformados sem pressa, crianças puxadas pela mão, todos passavam dentro das suas próprias urgências, sem se deixarem tocar por dramas alheios. Foi nesse aperto que os dois homens esbarraram.

Não houve estrondo, só o embate seco de dois ombros vindos de séculos diferentes. Camões desviara-se de uma caravana de japoneses que fotografava tudo com alegre disciplina; Pessoa seguia distraído com um cartaz publicitário que prometia «Crédito Fácil em 24 Horas».

— Desculpe — murmurou Pessoa, de cabeça baixa.

— Não faz mal — aceitou Camões, virando-se.

Uma mulher que passava trocou com o marido umas palavras sobre um cheiro esquisito a canela. Vinha da pastelaria próxima; ou era só a mistura absurda entre açúcar quente, suor salgado e o corpo quinhentista do poeta, recém-atirado para uma manhã que não o reconheceria. Ambos tentaram afastar-se da confusão, mas os pés não se soltavam do chão.

Do outro lado da rua, embutida na parede, havia uma caixa metálica com um ecrã e uma ranhura por baixo. Uma mulher aproximou-se, introduziu um cartão, digitou uma sequência de números e esperou. A máquina soltou notas com a naturalidade obscena dos gestos tornados banais para todos. A mulher guardou o dinheiro sem o contar e seguiu caminho. Camões e Pessoa pararam diante da máquina, estátuas diante do que lhes pareceu absurdo.

Aquele presente, tão banal para os outros, acertou-lhes em cheio, sem fazer barulho. As suas contas tinham sido feitas noutras séculos, noutras moedas. Nenhum deles sabia que tipo de matemática governava naquela hora. Camões procurou no casaco. Encontrou apenas o tecido liso, plano, sem recorte. Nunca se sentira tão pobre e tão inexistente. Não precisar de sustento para viver era uma humilhação abstrata; não conseguir pagar um café era, entre todas as